

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AERC	Melissa Pin Lucheti (T)
	Hélio Augusto Povoas Schmidt (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita baia Santos (T)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Renato Garofalo (S)
	Thais Regina Vicente (S)
CATI	Melissa Pin Lucheti (S)
CSJ	Alison Leandro Dias (T)
Consórcio PCJ	Bianca Caroline Alves Leite (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Erika Daiane Martins Fossalusa (T)
DAE Jundiaí	Ana Paula Maria Regra (S)
	Maria Carolina Hertel Dutra (S)
	Rita de Cassia Canieo Garcia (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEV S.A	Pedro Ferreira Steola (S)
EMBRAPA	Pedro Gerhard (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
IAG/USP	Humberto Ribeiro da Rocha (T)
IPÊ	Gustavo Brichi da Silva (T)
IPEL	Willian Barroso (S)
IPT	Mariana Hortelani Carneseca Longo (T)
	Luiz Roberto Magossi (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
	Tainah Aparecida Martins Baratella (S)
P.M. de Cordeirópolis	Stephanie Fernandes Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M de Indaiatuba	Adriano Prochowski (S)
P.M. de Iracemápolis	Cleber Zuzi Gonçalves de Lima (S)
P.M de Itupeva	João Paulo Vieira (T)
P.M de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
	Mariana Tibúrcio Durante (S)
P.M. de Jarinu	Ana Loren Lopes (S)
P.M de Limeira	Raquel Schimidt (T)
P.M de Morungaba	Ariane Fernanda dos Santos (S)
P.M. de Paulínia	Amarildo Rogério (S)
	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)

P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
	Juliana Goncalvez Gragnani (S)
	Ramon Pittizer Moreira (S)
P.M de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
P.M de Vinhedo	Cristina Aparecida Bernardes (T)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SANASA	Renato Garofalo (T)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
	Thais Regina Vicente (S)
SEMAE	Natassia Bonini Vidas (T)
SEMIL/DPFA	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
SIMBiOSE	Mateus de Carvalho Queiroz (T)
	Bruna Locardi Machado (S)
	Daniela Yumi Fujiwara (S)
	Nathalia Diniz Kammer (S)
TNC	Henrique Bracale (T)
UNESP IGCE	Vania Silvia Rosolen (T)
	Beatriz Leonardo da Silva (S)
UNICAMP	André Luís Sotero Salustiano Martim (T)

Membros ausentes	
Entidades	
AEAP	
APTA Regional/URPD - Piracicaba	
Associação Ambiental Plantar	
Elo Ambiental	
Fundação Florestal	
INEVAT	
IZ/APTA	
Jagatibaia	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Itatiba	
SAA	
SABESP	
SANEBAVI	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Associação Ambiental Plantar (JVPCJ)	Leticia Maria Pereira
BRK Ambiental	Daiane Cardoso
	Marina Bosso
	Jose Antonio Correa da Silva

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

FAESP	José Luiz Fontes
	Alexandre
	Marcos de Paula Barreto
Fundação Agência das Bacias PCJ	Bruna Petrin
	Camila Souza
	Felipe Requena
	Gabriela Giusti
	Gabriela Salata
	Jaqueline Fagundes
	Leonardo Baumgratz
	Lucecia Soares
	Mateus Ismael
	Monique Grillo
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Sergio Razera
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
GAEMA	Bartira Elia
IGCE/UNESP Rio Claro (JVPCJ)	Laura Ressel Guilherme
	Felipe Rodrigues Calixto da Silva
Município de Jundiá	Massao Okazaki
P.M de Charqueada (JVPCJ)	Kemily Custódio dos Santos
P.M de Piracicaba	Bruno Delarole
Rede de Brigadas de Piracicaba	Ana Paula Fediczko
SIMBiOSE (JVPCJ)	Arthur Merlino de Madureira
Sem Identificação	Carlos Koolen
Semae Piracicaba (JVPCJ)	Leonardo Takuno

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2026 realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do Google Meet, a 12ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 17 de junho de 2026. **2. Abertura da 13ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Miguel Madalena Milinski, coordenador-adjunto da CT-Mananciais e representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR). Um dos papéis fundamentais do coordenador-adjunto, conforme previsto no Regimento Geral das Câmaras

Técnicas, além de auxiliar o coordenador na condução dos trabalhos é o de substituí-lo. Nesse sentido, o Sr. Miguel explicou que conduziria a reunião em virtude das férias do Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais e representante da Associação Ambiental Plantar (AAP) e do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA). Em seguida, agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, o Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, registrou dois acontecimentos recentes relevantes para a Política de Mananciais e para a CT-Mananciais. Inicialmente, destacou a participação em evento promovido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre o [2º Encontro do Programa Produtor de Água](#). Informou que, na ocasião, reforçou, junto à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP), a importância de ampliar a participação dos sindicatos rurais nos projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e de recuperação ambiental. Ressaltou que essas iniciativas geram benefícios aos produtores que vão além da regularização ambiental, incluindo saneamento rural, acesso a crédito e outros incentivos. Enfatizou a necessidade de acelerar a execução dos projetos de recuperação ambiental, lembrando que os municípios podem contar com equipes técnicas financiadas pelas Unidades Coordenadoras de Execução (UCEs), com recursos da cobrança pelo uso da água, modelo já adotado por Piracicaba e Jaguariúna. Na sequência, informou sobre o encontro da Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB), realizado no Rio de Janeiro, destacando o interesse da Agência de Água Loire-Bretagne, da França em conhecer a experiência dos Comitês PCJ na articulação com proprietários rurais para ações de recuperação ambiental. Em seguida, informou o lançamento de edital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de projetos ambientais. Ressaltou que temas como recuperação de mananciais, mercado de carbono e prevenção de incêndios florestais demandam atuação em escala, fortalecimento das parcerias institucionais e maior



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

articulação entre os diversos atores envolvidos. Esclareceu que essa não é uma atribuição a ser executada diretamente pelos Comitês PCJ, defendendo a construção de parcerias com instituições competentes, a exemplo da atuação desenvolvida pela FAESP em diversas regiões do Estado de São Paulo. **3. Aprovação da Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada em 29/04/26, em Piracicaba/SP:** O Sr. Miguel informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta de ata da 12ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 29/04/26 na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP), em Piracicaba/SP. Na sequência, o Sr. Miguel questionou entre os presentes a necessidade de leitura da minuta, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Aprovação de novo membro:** Em seguida, a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) informou que, conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021](#), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Nesse sentido, a SE/PCJ recebeu um ofício de indicação, em 20/05/26, da BRK Ambiental indicando a Sra. Marina Bosso Ferreira para representante titular e o Srs. Daiane dos Santos Cardoso e Erick Krambeck como representante suplente. Assim, o Sr. Miguel submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovado por unanimidade. **5. Municipalização do licenciamento ambiental nos municípios das bacias PCJ: desafios, oportunidades e caminhos para uma atuação regional integrada, com destaque para a experiência de Indaiatuba no licenciamento ambiental municipalizado:** O Sr. Adriano Prochowski apresentou o tema da Municipalização do Licenciamento Ambiental Municipal nas Bacias PCJ, contextualizando que a crescente adesão dos municípios a essa modalidade e as dúvidas relacionadas à sua implementação motivaram a discussão na CT-Mananciais. Ressaltou que, embora os municípios possam aderir ao licenciamento ambiental

para atividades relacionadas às fontes de poluição e aos recursos naturais, sua implementação deve estar integrada à gestão dos recursos hídricos e à proteção dos mananciais. Em seguida, comentou que utilizando imagem de satélite da região entre Jundiaí, Itupeva, Cabreúva, Indaiatuba e Salto, os recursos naturais e os impactos ambientais ultrapassam os limites administrativos, reforçando a importância da gestão regional das bacias hidrográficas. Na sequência, informou que a municipalização do licenciamento ambiental teve início com a Lei Complementar nº 140/2011, e a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2024 que estabeleceu as competências dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). A partir dessa legislação, os municípios passaram a ter respaldo jurídico para assumir parte das competências do licenciamento ambiental, inicialmente por meio de convênios de cooperação com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Informou que apenas alguns municípios decidiram assumir esse desafio. Nesse sentido, Indaiatuba esteve entre os primeiros treze municípios paulistas a aderirem ao modelo e que, posteriormente, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) regulamentou, por meio de deliberações, que definiram as atividades de impacto local passíveis de licenciamento municipal, culminando na atualização publicada em 2024, que trouxe maior clareza quanto às competências relativas às fontes de poluição e aos recursos naturais. Informou que o número de municípios habilitados ao licenciamento ambiental municipalizado vem crescendo de forma significativa e avaliou que essa tendência deverá se ampliar nos próximos anos, permitindo que a Cetesb concentre sua atuação nos empreendimentos de maior porte e impacto regional, enquanto os municípios assumem aqueles de impacto predominantemente local. Ressaltou a importância da capacitação permanente das equipes técnicas, da realização de treinamentos conjuntos e da manutenção de canais de diálogo entre os municípios para troca de experiências e harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental. Destacou os resultados da municipalização do licenciamento ambiental. Ressaltou que sua efetividade depende da articulação entre os municípios, especialmente na proteção dos recursos hídricos e dos mananciais. Como exemplos, citou o programa de



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

recuperação de nascentes de Indaiatuba, a reclassificação de trecho do Rio Jundiá para Classe 3, viabilizada pelo trabalho conjunto entre os municípios, Cetesb e Comitês PCJ, ampliando sua utilização como manancial a integração entre os planos municipais de saneamento básico, recursos hídricos e preservação da Mata Atlântica; e a implantação da Barragem do Ribeirão Pirai, fruto da atuação consorciada entre Indaiatuba, Salto, Cabreúva e Itu. Na sequência, destacou os benefícios da municipalização, como a maior proximidade com os empreendedores, a celeridade no licenciamento, a redução da taxa de licenciamento e o fortalecimento da fiscalização. Como desafios, apontou a capacitação das equipes, a elaboração de leis e normativas, as diferenças entre as estruturas municipais e a necessidade de ampliar a integração regional por meio do compartilhamento de tecnologias, capacitações e consórcios intermunicipais. Sugeriu que os Comitês PCJ atuem como espaço permanente de integração técnica entre os municípios que realizam o licenciamento ambiental municipalizado, promovendo capacitações, intercâmbio de experiências, harmonização de procedimentos e fortalecimento da atuação regional. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecimentos e convidou os municípios interessados a conhecerem a estrutura do licenciamento ambiental de Indaiatuba. Ressaltou que a cooperação técnica e o compartilhamento de experiências contribuem para o aperfeiçoamento dos processos, o fortalecimento institucional e a melhoria da gestão ambiental. Na sequência, os membros discutiram sobre o assunto e sanaram as dúvidas que foram esclarecidas pelo Sr. Adriano. O Sr. Miguel agradeceu a apresentação e deu sequência no próximo item de pauta. **6. Inovações em gestão de riscos aos incêndios florestais:** O Sr. José Luiz Fontes, representante da FAESP, agradeceu o convite e destacou a relevância do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ, por suas Câmaras Técnicas e pela Fundação Agência das Bacias PCJ. Informou que a FAESP busca fortalecer a articulação com os Comitês PCJ, ampliando a participação dos sindicatos rurais nas discussões relacionadas à gestão dos recursos hídricos. Em seguida, apresentou as ações desenvolvidas pela entidade para fortalecimento da prevenção, preparação e combate aos incêndios rurais no Estado de São Paulo, abordando as iniciativas implementadas após os

incêndios de 2024, os avanços obtidos em 2025 e 2026 e as perspectivas para o segundo semestre de 2026 e para 2027. Relatou que, após os incêndios de 2024, a FAESP reorganizou seu Departamento de Sustentabilidade, incorporando especialistas do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, estruturou um Grupo de Trabalho (GT) com entidades do agronegócio para acompanhar a evolução da legislação e discutir medidas preventivas, e ampliou o diálogo com órgãos públicos, instituições técnicas e concessionárias de energia. Destacou as ações desenvolvidas junto à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e à Entidade Nacional de Energia Elétrica (ENEL), que resultaram na substituição de postes de madeira por estruturas de concreto e na adequação de linhas de transmissão em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Na sequência, apresentou o posicionamento da FAESP em relação à [Resolução COMIF nº 3/2025](#), sendo propostas do setor: **i.** regulamentar primeiro as ações preventivas e os critérios de avaliação de risco; **ii.** considerar a realidade e a capacidade dos pequenos e médios produtores; **iii.** evitar obrigações impraticáveis e insegurança jurídica. Ressaltou a necessidade de participação do setor agropecuário na governança das políticas de prevenção e combate aos incêndios, com sua inclusão no Comitê Executivo da Operação São Paulo Sem Fogo, para a qual a legislação vigente não prevê essa representação. Destacou o compromisso da FAESP com políticas públicas tecnicamente adequadas, juridicamente seguras e economicamente viáveis, visando fortalecer a prevenção sem comprometer a competitividade e a sustentabilidade do setor. Em seguida, apresentou as ações de orientação e conscientização em apoio à Operação São Paulo Sem Fogo, incluindo a produção de materiais informativos, vídeos educativos e as visitas do Projeto Integrar às propriedades rurais para orientação sobre prevenção e combate aos incêndios, bem como sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Informou a realização, ao final de 2025, do Fórum "Inovações em Gestão de Riscos aos Incêndios Florestais e Segurança no Campo", que subsidiou as ações de 2026, e a promoção de 13 seminários regionais no primeiro semestre de 2026, envolvendo 44 sindicatos rurais, com novos encontros previstos para julho. Destacou que os incêndios criminosos de 2024 reforçaram a necessidade de integrar as ações de prevenção às políticas de



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

segurança pública e informou o envio de ofícios aos prefeitos com recomendações sobre manutenção das faixas de domínio das estradas, combate ao descarte irregular de resíduos e mapeamento de pontos de captação de água. Informou, ainda, o apoio da FAESP à implantação de uma sala de monitoramento de incêndios pelo Corpo de Bombeiros, em Bauru, e a atuação junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para viabilizar a atribuição do Código de Endereçamento Postal (CEP) às vias rurais. Por fim, apresentou as ações previstas para o segundo semestre de 2026, incluindo novos seminários, pesquisa junto aos sindicatos rurais, a segunda edição do Fórum e a elaboração de propostas para 2027, reafirmando o compromisso da FAESP com uma agenda permanente de prevenção, preparação e combate aos incêndios rurais. Em seguida, o Sr. Sérgio Razera agradeceu a presença do Sr. José Luiz Fontes, do Coronel Alexandre e do Coronel Marcos de Paula e ressaltou a relevância do debate sobre a prevenção e o combate aos incêndios. Comentou que o tema tem sido recorrente nas discussões da Fundação Agência PCJ, das Câmaras Técnicas e de outros espaços, como eventos promovidos pela ANA, em razão de seus impactos sobre os recursos hídricos e os projetos ambientais. Destacou que, embora os Comitês PCJ e a Fundação Agência PCJ não detenham competência técnica específica na área, reconhecem a importância de participar da articulação institucional e de apoiar iniciativas voltadas à prevenção. Mencionou o plano municipal de prevenção existente em Piracaia e o protocolo de emergência adotado em Paulínia, baseado na atuação integrada dos diversos órgãos e instituições envolvidos. Defendeu a construção de protocolos preventivos que estabeleçam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de resposta, incluindo ações como manutenção de aceiros, manejo adequado de resíduos, mapeamento de fontes de abastecimento de água e definição das atribuições de cada instituição em situações de incêndio. Colocou os Comitês PCJ, a Fundação Agência PCJ, a CT-Mananciais e a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ à disposição para colaborar com essa agenda, reforçando que a atuação preventiva é indispensável para reduzir os danos ambientais, preservar os projetos de restauração ecológica e proteger os investimentos públicos destinados à recuperação ambiental. Complementando, o

Coronel Alexandre, representante da FAESP, reforçou que os seminários têm como objetivo disseminar protocolos de ação para que produtores rurais, sindicatos e a comunidade conheçam previamente as orientações e saibam como atuar em situações de risco. Informou que a sala de monitoramento é uma estrutura especializada para acompanhar e apoiar a aplicação desses protocolos. Ressaltou que o caso de Paulínia é uma experiência específica, com estrutura já preparada para prevenção, mas que a implantação de um modelo semelhante em todo o Estado representa um grande desafio. Reforçou que, por meio da sala de monitoramento, será possível ampliar o acesso aos protocolos, alcançando pequenos e médios produtores e comunidades mais isoladas, permitindo uma atuação preventiva. Enfatizou que seguir protocolos previamente estabelecidos é essencial para minimizar e mitigar os impactos dos incêndios, pois deixar as ações apenas para o momento da ocorrência reduz a efetividade da resposta. O Sr. Miguel agradeceu a apresentação e as contribuições e deu sequência no próximo item de pauta. **7. Iniciativas municipais de gestão e manejo integrado do fogo no Cantareira:** O Sr. Mateus de Carvalho Queiroz, representante da Associação Serra do Itapetinga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE) apresentou as Iniciativas Municipais de Gestão e Manejo Integrado do Fogo (MIF) e as Potenciais Sinergias entre a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e a Política de Mananciais dos Comitês PCJ. Com base em dados do MapBiomass, expôs a tendência de áreas queimadas nas Bacias PCJ, bem como a perda e o incremento de áreas naturais nos municípios inseridos no bioma Mata Atlântica (2008-2023). Em seguida, apresentou a PNMIF, destacando, entre os seus princípios (Art. 3º, inciso IV), a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e, entre os seus objetivos (Art. 5º, inciso IV), a promoção da diversificação das práticas agrossilvipastoris de maneira a incluir, quando viável, a substituição gradativa do uso do fogo ou a integração de práticas de manejo do fogo, por meio de assistência técnica e extensão rural. Informou que a Resolução nº 5 do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF) institui a Estratégia Nacional do Voluntariado no Manejo Integrado do Fogo, reconhecendo as brigadas florestais voluntárias como de relevante interesse público e prevendo a criação de



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

programas de serviço ambiental voluntário para brigadistas florestais voluntários vinculados aos órgãos públicos competentes. Na sequência, apresentou as iniciativas desenvolvidas nos municípios: em Atibaia, o estabelecimento de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a conservação e restauração do Parque Natural Municipal da Grota Funda, incluindo ações de prevenção e combate a incêndios florestais, e para a elaboração e implementação do Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF); em Bragança Paulista, a parceria com OSC para elaboração e implementação do PMIF, bem como o início do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); e em Piracaia, a realização do Chamamento Público nº 001/2026 com OSCs para a implementação do Plano Municipal de MIF e a execução do Programa Campo Seguro, que realiza vistorias de medidas preventivas e alternativas ao uso do fogo em propriedades participantes dos PSAs municipais. Apresentou, ainda, a experiência do Estado de Goiás com projetos-piloto de PSA voltados ao incentivo de brigadistas e brigadas florestais voluntárias. Em seguida, abordou os desafios para a implementação do MIF, estruturados nos eixos de capacitação, políticas, leis e normas, além de engajamento e mobilização. Na sequência, apresentou as sinergias entre a Política de Mananciais PCJ e a PNMF, destacando que ambas compartilham princípios semelhantes, objetivos sinérgicos e o planejamento territorial como base comum, diferenciando-se pelas escalas de atuação e pelos instrumentos utilizados. Nesse sentido, apresentou propostas de inclusão do MIF na Política de Mananciais, contemplando: Programa I (Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse), a adoção de práticas conservacionistas de MIF para mitigação de incêndios florestais em áreas prioritárias e de projetos; Programa II (Pagamento por Serviços Ambientais), a destinação de recursos para o pagamento de brigadistas e brigadas voluntárias que gerem serviços ambientais relacionados ao MIF e à disponibilidade de água em qualidade e quantidade; e Programa IV (Proteção dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado), o incentivo à elaboração dos PMIFs, de forma integrada a outros planos existentes em escala local, bem como o apoio à realização das ações neles previstas, visando à conservação dos recursos hídricos. Por fim, detalhou a inserção do MIF no âmbito

da Política de Mananciais PCJ e as ações propostas para os Programas I, II e IV, ressaltando que a implementação dessa política deve iniciar pela aprendizagem, mobilização e capacitação dos diferentes atores envolvidos, permitindo a estruturação das brigadas e das ações locais para, posteriormente, consolidar os planos municipais. Na sequência, os Srs. Henrique Bracale, representante da The Nature Conservancy (TNC), Petrus Bartholomeus Weel, representante da Cooperativas de Holambra, Sérgio Razera, Adriano Prochowski e a Sra. Bruna Locardi, representante da SIMBiOSE, discutiram a integração das políticas públicas de prevenção e combate a incêndios, destacando a importância das oficinas participativas e do envolvimento da sociedade na elaboração dos planos. Ressaltaram a necessidade de incluir a temática dos resíduos rurais nos planos municipais de saneamento básico, considerando sua relação com a ocorrência de queimadas, bem como as possibilidades de utilização do PSA para apoio a brigadas e brigadistas. Enfatizaram a importância da articulação regional entre municípios para a elaboração de planos e procedimentos de combate a incêndios, incluindo a elaboração de PMIF por sub-bacia. Por fim, abordaram o funcionamento do sistema de monitoramento por câmeras, inteligência artificial, salas de monitoramento e a formação de brigadas na região do Cantareira. Após as manifestações e contribuições dos membros, o Sr. Miguel agradeceu a apresentação e destacou a relevância do investimento para implantação da estrutura de monitoramento, e ressaltou a importância da continuidade das discussões sobre o tema. **8. Informes:** Na sequência, o Sr. Miguel passou para os informes. **8.1. da Coordenação:** O Sr. Miguel informou que na região Cuesta Corumbataí - APA Piracicaba/Juqueri-Mirim - Área I foi contratado um especialista para apoiar a elaboração do PMIF, iniciativa voltada ao planejamento de ações de prevenção, controle e manejo de incêndios florestais no território da APA. Relatou que, apesar da proposta inicial de construção de um plano integrado para a região, não foi possível promover a articulação entre os municípios, razão pela qual optou-se por prestar apoio técnico individualizado aos municípios interessados na elaboração de seus respectivos planos. Informou, ainda, que, após a apresentação realizada pelo Corredor Caipira na última reunião da CT-Mananciais, foi iniciada uma parceria

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 24/06/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

com a organização, que realizará um diagnóstico da situação ambiental do município, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um plano de trabalho conjunto.

8.2 dos membros: Não houve informes. **8.3 da Secretaria Executiva:** a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) iniciou os informes:

a) Exclusão de membros: informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi excluída da CT-Mananciais a seguinte entidade: Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira (SAEAN). A entidade excluída só poderá voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2027-2029);

b) Alteração dos representantes dos membros: informou que entre a última reunião da CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante da seguinte entidade: i. Prefeitura de Charqueada (P.M de Charqueada):

solicitando a inclusão do Sr. Marcelo Éric de Almeida Santos para titular em substituição do Sr. Luis Alberto Basso e do Sr. Thiago de Lima para representante suplente. Como se trata de alterações em entidade que já integra a CT, o informe é apresentado aos membros apenas para ciência, sem necessidade de aprovação;

c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que

tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G).

Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva;

d) Próximas reuniões dos Comitês PCJ: convidou os presentes para as próximas reuniões dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo:

i. 100ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/08/2026 às 09h00, com transmissão no canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma [YouTube](#);

ii. 34ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1): dia 27/08/2026, às 09h00, em Mogi Mirim/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ;

e) Próximas reuniões da CT-Mananciais: A Sra. Tainá apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais do 2º semestre de 2026, destacando que a próxima reunião está prevista para ocorrer no dia 26/08/2026, às 09:00, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-Mananciais no site dos Comitês PCJ.

9. Outros Assuntos: Em seguida, o Sr. Miguel abriu a palavra para outros assuntos e não houve solicitação. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Miguel Madalena Milinski, coordenador-adjunto da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais